

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras padronizadas da Cambuci S.A., distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. Relação de entidades controladas e consolidadas
3. Declaração da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
4. Novas normas, alterações e interpretações de normas
5. Demonstrações contábeis consolidadas
6. Resumo das principais políticas contábeis
7. Política de gestão de risco
8. Caixa e equivalentes de caixa
9. Contas a receber
10. Estoques
11. Partes relacionadas
12. Tributos a recuperar
13. Despesas pagas antecipadamente
14. Demais contas a receber
15. Investimentos
16. Imobilizado
17. Intangível
18. Fornecedores
19. Empréstimos e financiamentos
20. Debêntures
21. Obrigações sociais e trabalhistas
22. Obrigações fiscais
23. Demais contas a pagar
24. Provisões para contingências
25. Patrimônio líquido
26. Instrumentos financeiros
27. Receita operacional líquida
28. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos
29. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas
30. Receitas financeiras e despesas financeiras
31. Despesas por natureza
32. Imposto de renda e contribuição social
33. Informações por segmento
34. Benefícios a empregados – Plano de opções
35. Cobertura de seguros
36. Eventos subsequentes

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cambuci S.A. (“Cambuci” ou “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina e Uruguai. As unidades da Espanha, Paraguai e Chile estão com suas atividades paralisadas.

Em relação as nossas operações na Argentina, houve uma forte desvalorização cambial de sua moeda e uma elevação nas taxas de juros e inflação. Os reflexos desses contextos acabaram afetando diretamente os resultados da Companhia. No período, efetivamos a reestruturação da administração local e continuamos realizando ações mercadológicas com o objetivo de reduzir os níveis dos estoques, aumentando a margem e reduzindo o prazo de recebimento. Desta forma, esperamos propiciar melhores condições de atuação naquele mercado, minimizando os efeitos econômicos negativos, buscando com isso reverter no médio prazo, os últimos resultados insatisfatórios gerados.

Em 31 de dezembro de 2018, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 20.226 (R\$ 40.895 em 31 de dezembro de 2017), principalmente pelos seus empréstimos, financiamentos e obrigações tributárias de curto prazo e um patrimônio líquido em R\$ 24.347 (R\$ 6.965 em 31 de dezembro de 2017).

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica

OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2018 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2019.

3.2 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das demonstrações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* (“CTA”)), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 16.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 24, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 26.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

4.1 Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Penalty Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação).

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma:

- A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018;
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”. Os impactos do poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro (vide nota explicativa 29 – Receitas e despesas financeiras, líquidas). No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado);
- A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período, resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;
- A demonstração de resultados do ano de 2017, do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais da subsidiária na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 29 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior, isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio.

Os impactos nos ativos e passivos líquidos da aplicação da norma na controlada Penalty Argentina em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 3.701.

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2018 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,1027 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou em um ajuste negativo de -R\$ 2.866 no lucro líquido.

4.2 A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 –Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações. O IASB emitiu a IFRS 16, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação no capital total - %		
	Sede (País)	31/12/2018	31/12/2017
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Era Sports Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	Brasil	100,00	100,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	100,00	100,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00

- (i) Cambuci Importadora Ltda., (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports

Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização no atacado de artigos do vestuário e complementos. A Era Sports Ltda. (“Era Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda e comercialização de ativos, bem como participação em empresas não financeiras. A Cambuci Trust S/A (“Cambuci Trust”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas.

- (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guaraní, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos.
- (iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.
- (iv) Penalty Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (v) Penalty Ibéria S.L. (“Penalty Ibéria”), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (vi) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na Republica Oriental do Uruguai, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties.

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

d) Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

e) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

f) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Impairment* de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos

que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 8).

j) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9.

k) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de revendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

l) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16.2 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

n) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17.

o) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única “UGC” para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Tributação

q.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

t) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

u) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 24.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

v) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

w) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasings financeiros sempre que os termos do leasings transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasings financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 16.2. A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

7. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 26.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Circulante					
Fornecedores	19.890	-	-	-	19.890
Empréstimos e financiamentos	50.317	8.645	4.503	928	64.393
Debêntures	370	-	-	-	370
	70.577	8.645	4.503	928	84.653

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	48	41	70	61
Bancos conta movimento	2.818	1.233	8.832	7.040
Aplicações financeiras	2.660	5.545	2.660	5.545
	5.526	6.819	11.562	12.646

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber no Brasil	56.034	54.780	64.805	67.275
Contas a receber no Exterior	2.414	2.407	2.871	2.680
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(8.942)	(9.209)	(11.950)	(12.221)
	49.506	47.978	55.726	57.734

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	1.250	1.738	2.785	3.318
De 31 a 120 dias	1.025	860	1.657	1.434
De 121 a 180 dias	633	1.015	703	1.416
A partir de 181 dias	8.504	7.718	10.663	7.719
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(8.942)	(9.209)	(11.950)	(12.221)
Total dos títulos vencidos - terceiros	2.470	2.122	3.858	1.666
Títulos a vencer - terceiros	47.036	45.856	51.868	56.068
Total da carteira de clientes - terceiros	49.506	47.978	55.726	57.734

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo da PECLD no início do período	(9.209)	(7.883)	(12.221)	(9.775)
Adição do período	(973)	(2.365)	(969)	(3.485)
Baixa de títulos considerados incobráveis	1.240	1.039	1.240	1.039
Saldo da PECLD no final do período	(8.942)	(9.209)	(11.950)	(12.221)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de 50% do montante dos títulos vencidos entre 120 e 179 dias; 95% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias e; 100% dos títulos em cobrança judicial. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

10. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	22.050	23.563	28.291	36.290
Importação em andamento	2.319	1.476	2.319	1.476
Produtos em elaboração	645	830	645	830
Matérias-primas	5.520	5.988	6.503	8.897
	30.534	31.857	37.758	47.493

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

A Companhia tem como política avaliar mensalmente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo consolidado de estoque obsoleto é de R\$ 2.076 (R\$ 3.357 em 31 de dezembro de 2017), demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo da Provisão Obsolescência no início do período	(2.102)	(2.500)	(3.357)	(2.557)
Provisão do período	(251)	(510)	(251)	(1.708)
Reversão (Perdas) do período	1.308	908	1.532	908
Saldo da Provisão Obsolescência no final do período	(1.045)	(2.102)	(2.076)	(3.357)

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	31/12/2018		Transações no resultado de Janeiro a	
	Não Circulante	Não Circulante	Dezembro de 2018	
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	12.644	-	-	-
Era Sports Ltda.	65	-	-	-
Cambuci Trust S/A	237	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	25.989	-	-	-
Latinline S/A	1.093	-	-	-
Impar Paraguay S/A	-	1.667	-	-
Penalty Chile S/A	6.760	-	-	-
Penalty Ibéria S.L	54	-	-	-
Penalty Argentina S/A	2.520	-	6.291	-
	49.362	1.667	6.291	-
	31/12/2017		Transações no resultado de Janeiro a	
	Não Circulante	Não Circulante	Dezembro de 2017	
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	9.122	-	-	-
Era Sports Ltda.	65	-	-	-
Cambuci Trust S/A	236	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	25.345	-	-	-
Latinline S/A	446	-	-	-
Impar Paraguay S/A	-	1.519	-	-
Penalty Chile S/A	5.226	-	542	-
Penalty Ibéria S.L	116	-	-	-
Penalty Argentina S/A	2.455	-	2.537	-
	43.011	1.519	3.079	-

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Todas as operações com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados no mercado. Os saldos de mútuo entre os acionistas em 31 de dezembro de 2018 correspondem a R\$ 2.421 e estão sujeitos a encargos financeiros e não há prazo de recebimento.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2018, o montante acumulado referente à salário do pessoal-chave da administração foi de R\$ 3.384 (R\$ 2.431 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 218 a título de bônus sobre atingimento de meta.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 34.

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	61	53	61	53
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	85	79	85	79
Programa de Integração Social (PIS)	-	29	-	29
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	84	413	90	413
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	693	692
Impuesto a las ganancias - saldo a favor	-	-	853	2.604
Ingresos Brutos Saldo a Favor	-	-	558	-
IR e CSLL diferidos	7.184	-	7.184	-
Outros	9	9	29	21
	7.423	583	9.553	3.891
Circulante	1.811	583	3.941	3.891
Não Circulante	5.612	-	5.612	-

12.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, diferidos

A Administração da Companhia atuou fortemente durante os últimos três exercícios na constante busca de controlar e reduzir as despesas e os custos, na melhoria das condições de comercialização, no desenvolvimento de produtos cada vez mais alinhados às expectativas dos consumidores para assim preservar os níveis de receita; atuamos com ênfase especial no aprimoramento operacional produtivo e visando a melhoria das margens operacionais. Cremos que obtivemos importantes resultados nessas ações e isso pode ser visto principalmente pelos resultados proporcionados em 2018. Os sucessos das medidas adotadas permitirá a Companhia continuar gerando lucros tributáveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controlada, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos diferidos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços

As origens estão demonstradas a seguir:

	31/12/2018	
	IRPJ	CSLL
Perdas estimadas em ativos	2.848	2.848
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.434	4.434
Provisões para perdas em investimentos	330	330
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	13.517	13.517
Total do ativo fiscal diferido	21.129	21.129
Alíquota nominais	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.282	1.902

(i) Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade foram submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

12.3 Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é imprevisível e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Administração acredita que é provável que os impostos diferidos sejam realizados, conforme demonstrado abaixo, entretanto, essa estimativa pode não se concretizar nos próximos exercícios, se as estimativas de lucro tributável futuro não se confirmarem.

Baseada nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora
2019	1.572
2020	1.512
2021	1.535
2022	1.556
2023 em diante	1.574
	7.749

13. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios, prêmios de seguros e gastos com marketing.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros a apropriar	-	27	-	27
Confederação e Federações	927	1.301	927	1.301
Seguros	81	74	81	74
Consultorias	-	28	-	28
Outras	257	-	388	117
	1.265	1.430	1.396	1.547

14. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Valor a receber de terceiros	-	-	2.577	2.199
Despachante aduaneiro	299	116	299	116
Alugueis a receber	1.106	603	1.106	603
PECLD	(134)	-	(134)	-
Adiantamento fornecedor	18	110	20	224
Outros	607	780	1.645	3.324
Valor Fundap a liberar	(i) -	-	26.233	23.420
Saldos vinculados - Banco Santander	186	1.712	186	1.712
	2.082	3.321	31.932	31.598
Circulante	1.956	2.816	2.879	5.030
Não Circulante	126	505	29.053	26.568

(i) Trata-se de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de sentença proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

15. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre as controladas

Investimento da controladora	Participação no capital total %	Lucro (prejuízo) do período		Controladora	
				Patrimônio líquido	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	(766)	(162)	(10.735)	(9.940)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	(709)	(710)	25.917	26.626
Impar Paraguay S/A	96,70	(94)	(1.240)	3.454	3.213
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(373)	(17)	(17.869)	(17.496)
Latinline S/A	100,00	(244)	(366)	2.110	2.231
Penalty Argentina S/A	95,00	(14.537)	(5.127)	2.281	6.734
Penalty Chile S/A	100,00	(185)	(1.085)	(7.598)	(6.457)
Penalty Ibéria S.L	100,00	(54)	834	152	186
Cambuci Trust	100,00	(18)	80	784	802
		(16.980)	(7.793)	(1.504)	5.899

(b) Em 31 de dezembro de 2018, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	31/12/2017	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Aumento de capital	31/12/2018
Investimentos em controladas					
Latinline S/A	2.231	(244)	123	-	2.110
Penalty Argentina S/A	6.734	(14.537)	1.240	8.844	2.281
Cambuci Trust	802	(18)	-	-	784
Impar Paraguay S/A	3.213	(94)	335	-	3.454
Penalty Ibéria S.L	186	(54)	20	-	152
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	26.626	(709)	-	-	25.917
	39.792	(15.656)	1.718	8.844	34.698
Provisão para perdas em investimentos					
Cambuci Importadora Ltda.	(9.940)	(766)	(29)	-	(10.735)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(17.496)	(373)	-	-	(17.869)
Penalty Chile S/A	(6.457)	(185)	(956)	-	(7.598)
	(33.893)	(1.324)	(985)	-	(36.202)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor

correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este a sua obrigação perante ao déficit da Companhia. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

16. IMOBILIZADO

O saldo e as movimentações do imobilizado estão demonstradas nos quadros abaixo:

Controladora							
	Taxa de Depreciação	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145	-	145	145	-	145
Edificações	2 a 4 %	10.642	(6.402)	4.240	10.633	(6.085)	4.548
Maquinas e equipamentos	6,67%	33.851	(22.757)	11.094	33.324	(21.045)	12.279
Equipamentos de computação	25%	5.356	(4.244)	1.113	5.292	(3.580)	1.712
Instalações	10%	4.038	(847)	3.192	3.838	(460)	3.378
Móveis e utensílios	8,33%	11.423	(7.042)	4.381	11.251	(6.204)	5.047
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	11.993	(9.682)	2.311	10.210	(7.941)	2.269
Imobilizado em andamento		926	-	926	423	-	423
		78.373	(50.972)	27.401	75.116	(45.315)	29.801

Consolidado							
	Taxa de Depreciação	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		12.975	-	12.975	12.975	-	12.975
Edificações	2 a 4 %	28.354	(9.942)	18.412	28.345	(8.917)	19.428
Maquinas e equipamentos	6,67%	34.009	(22.914)	11.095	33.370	(21.090)	12.280
Equipamentos de computação	25%	5.967	(4.827)	1.141	5.476	(3.757)	1.719
Instalações	10%	4.051	(847)	3.205	3.838	(460)	3.378
Móveis e utensílios	8,33%	11.770	(7.376)	4.394	11.407	(6.346)	5.061
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	13.382	(9.682)	3.701	11.534	(7.973)	3.561
Imobilizado em andamento		926	-	926	422	-	422
		111.433	(55.587)	55.847	107.367	(48.543)	58.824

Controladora						
31/12/2017	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2018	
Terreno	145	-	-	-	145	
Edificações	4.548	8	-	(316)	4.240	
Maquinas e equipamentos	12.279	535	(7)	145	(1.858)	11.094
Equipamentos de computação	1.712	108	(4)	-	(703)	1.113
Instalações	3.378	200	-	-	(386)	3.192
Móveis e utensílios	5.047	235	(31)	(135)	(735)	4.381
Outros ativos imobilizados	2.269	2.000	(79)	(10)	(1.869)	2.311
Imobilizado em andamento	423	513	(10)	-	-	926
29.801	3.599	(131)	-	(5.868)	27.401	

Consolidado							
31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Variação cambial	Transferência	31/12/2018	
Terreno	12.975	-	-	-	-	12.975	
Edificações	19.428	9	-	(1.025)	-	18.412	
Maquinas e equipamentos	12.280	535	(7)	(1.859)	34	11.094	
Equipamentos de computação	1.719	118	(4)	(711)	18	1.140	
Instalações	3.378	213	-	(386)	-	3.205	
Móveis e utensílios	5.061	261	(31)	(768)	(28)	4.394	
Outros ativos imobilizados	3.561	1.989	(86)	(1.882)	117	1	3.700
Imobilizado em andamento	422	524	(10)	-	(11)	925	
58.824	3.649	(138)	(6.631)	143	-	55.847	

16.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$ 282 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2017), contemplado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, referente a compra de equipamentos de informática, alocados nas respectivas contas dentro do Ativo Imobilizado.

16.2 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	31/12/2018	31/12/2017
Edificações	25 a 60 anos	25 a 60 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	4 anos	4 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos	12 anos
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos	4 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

16.3 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, é o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

17. INTANGÍVEL

Os saldos e as movimentações do intangível estão demonstradas nos quadros abaixo:

	31/12/2018				Controladora 31/12/2017		
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.421	(2.112)	309	2.291	(2.098)	193
Direito de uso software (i)	20%	7.450	(7.041)	409	7.225	(6.751)	474
		9.871	(9.153)	718	9.516	(8.849)	667

		31/12/2018			Consolidado 31/12/2017		
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.421	(2.112)	309	2.292	(2.098)	194
Direito de uso software	20%	7.654	(7.225)	428	7.321	(6.820)	501
		10.075	(9.338)	737	9.613	(8.918)	695

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

A amortização de marcas e patentes é alocada aos custos dos estoques e incluídos no 'Custo das vendas', na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

		Controladora			
	31/12/2017	Adição	Amortização	31/12/2018	
Marcas e patentes	193	129	(14)	308	
Direito de uso software	474	229	(293)	410	
	667	358	(307)	718	

		Consolidado			
	31/12/2017	Adição	Amortização	Variação cambial	31/12/2018
Marcas e patentes	194	129	(14)	-	309
Direito de uso software	501	229	(314)	12	428
	695	358	(328)	12	737

18. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Fornecedores nacionais	12.116	10.837	14.040	15.495	
Fornecedores exterior	-	-	5.850	4.388	
	12.116	10.837	19.890	19.883	

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
	Encargos Financeiros Médios	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em moeda corrente - R\$					
Desconto de duplicatas	1,10% a.m	11.424	13.586	11.424	13.586
Conta garantida - recebíveis	0,33 % a.m a 1,18 % a.m	35.716	25.000	35.716	25.000
Capital de giro - CDI	CDI + 0,50% a 1,00% a.m.	9.585	45.873	9.585	45.873
Desenbahia - BNDES	TJLP	5.568	6.879	5.568	6.879
FINAME/FINEP	TR + 0,60 % a.m	283	510	283	510
Leasing	1% a.m.	282	126	282	126
		62.858	91.974	62.858	91.974
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	1.535	11.451
		-	-	1.535	11.451
		62.858	91.974	64.393	103.425
Passivo circulante		49.302	87.335	50.317	97.521
Passivo não circulante		13.556	4.639	14.076	5.904

No segundo trimestre de 2018, a Companhia negociou contratos de empréstimos com o Banco Bradesco S/A, com redução significativa nos valores das dívidas. A negociação envolveu a entrega de um imóvel avaliado em R\$ 6.834 e mais R\$ 3.000 parcelados em 60 meses, sendo que após descontados os custos e honorários das negociações, gerou um ganho de R\$13.718 no resultado financeiro do exercício.

No terceiro trimestre de 2018 a Companhia negociou o empréstimo com o Banco BBM S/A, e após descontados os custos e honorários das negociações, gerou um ganho de R\$ 300 no resultado financeiro do exercício.

Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado por empresa:

	Cambuci	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Em moeda corrente - R\$				
Desconto de duplicatas	11.424	-	-	11.424
Conta garantida - recebíveis	35.716	-	-	35.716
Capital de giro - CDI	9.585	-	-	9.585
Desenbahia - BNDES (a)	5.568	-	-	5.568
FINAME/FINEP	283	-	-	283
Leasing	282	-	-	282
	62.858	-	-	62.858
Em moeda estrangeira - US\$				
Capital de giro	-	914	621	1.535
	-	914	621	1.535
	62.858	914	621	64.393

Termo e cronograma de amortização da dívida:

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	96.857
2019	50.836	1.879
2020	8.126	1.064
2021 em diante	5.431	3.625
	<u>64.393</u>	<u>103.425</u>

Garantia:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Informamos os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos:

- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenhahia.

20. DEBÊNTURES

	<u>Encargos financeiros</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Debêntures	INPC + 9,5% a.a	<u>370</u>	<u>2.097</u>	<u>370</u>	<u>2.097</u>
	Circulante	370	1.727	370	1.727
	Não circulante	-	370	-	370

21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FGTS	339	374	339	374
INSS	652	781	652	781
IRRF	269	252	269	252
Outros encargos	24	54	306	506
Pensão Alimentícia	1	6	1	6
Férias	38	-	38	-
Provisão de férias e encargos	3.702	3.158	3.702	3.645
Salários	2.067	1.278	2.067	1.279
	<u>7.092</u>	<u>5.903</u>	<u>7.374</u>	<u>6.843</u>

22. OBRIGAÇÕES FISCAIS

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições					
ICMS	(iii)	21.048	9.769	21.048	9.769
PIS		-	-	10	10
COFINS		-	-	45	45
Outros		127	113	1.440	649
		21.175	9.882	22.543	10.473
Tributos parcelados					
PPI do ICMS		-	-	22.544	22.706
Decreto Parcelamento 772799 - ICMS		-	404	-	404
PERT - Programa Especial de Regularização Tributária	(i)	3.854	7.768	3.854	7.784
Parcelamento ordinário - PIS / COFINS	(ii)	1.696	2.015	1.696	2.015
Parcelamento ordinário - CONTRIB.PREV	(ii)	1.212	1.439	1.212	1.439
Parcelamento ordinário - IPI / IRRF / CSRF	(ii)	226	269	226	269
Parcelamento ordinário de INSS	(ii)	2.872	3.471	2.872	3.471
Parcelamento IPTU		172	235	172	235
Parcelamento FGTS		1.259	1.909	1.259	1.909
		11.291	17.510	33.835	40.232
		32.466	27.392	56.378	50.705
Passivo circulante		27.022	16.688	31.385	19.993
Passivo não circulante		5.444	10.704	24.993	30.712

- (i) Em 30 de outubro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme a Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia está liquidando seus débitos vencidos até 30 de abril de 2017, com entrada de 24% da dívida consolidada em 24 prestações mensais e sucessivas e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL. No âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia liquidou seus débitos com entrada de 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 3 parcelas mensais e sucessivas e a liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL.
- (ii) A Companhia parcelou os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, que não foram contemplados no PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 60 parcelas mensais e sucessivas.
- (iii) Recomposição da dívida tributária do ICMS/SP, cujos parcelamentos foram rompidos e após as discussões sobre o índice da atualização monetária.

23. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de clientes	545	1.630	553	1.634
Qualidade cliente	284	604	290	609
Frete sobre vendas	489	332	489	332
Galacross do Brasil Ltda	3.443	3.468	3.443	3.468
Mutuo Pessoa Física	2.421	3.023	2.421	3.023
Comissões a pagar	295	98	295	98
CBFS - Confederação Brasileira de Futebol	3.852	-	3.852	-
Provisões de despesas diversas	2.315	4.812	2.315	4.822
Agenciamento de créditos financeiros (i)	15.805	15.000	15.805	15.000
Agro Industrial Três Marias (ii)	6.833	-	6.833	-
Outros	1.108	715	1.703	774
	37.390	29.682	37.999	29.760
Circulante	23.928	23.191	24.152	23.269
Não Circulante	13.462	6.491	13.847	6.491

(i) Prestação de serviços de agenciamento e intermediação na repactuação de dívidas financeiras

(ii) Confissão de dívida decorrente do pagamento realizado junto ao Bradesco

24. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	1.050	(1.759)	(709)	1.835	(1.699)	136
Fiscais	2.998	-	2.998	-	-	-
Cíveis	386	(8.002)	(7.616)	386	(4.894)	(4.508)
	4.434	(9.761)	(5.327)	2.221	(6.593)	(4.372)
Natureza	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	1.050	(1.759)	(709)	1.835	(1.699)	136
Fiscais	2.998	-	2.998	-	-	-
Cíveis	386	(8.002)	(7.616)	386	(4.895)	(4.509)
	4.434	(9.761)	(5.327)	2.221	(6.594)	(4.373)

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.835	-	386	2.221
(+) Complemento de provisão	380	2.998	-	3.378
(-) Reversão	(1.165)	-	-	(1.165)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1.050	2.998	386	4.434

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2019 e 2020.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 7.235, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade e outras demandas, no montante de R\$ 1.512.
- (iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 3.065.
- (iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 26.329.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$35.636, representado por 3.855.224, sendo 1.308.726 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.546.498 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

O valor de mercado das ações da Cambuci, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2018 a R\$ 27,90 por ação.

25.2 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

25.3 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio

ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do exercício, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o exercício multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

			Janeiro a dezembro de 2018		
			Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas			16.650	16.650	16.650
Media ponderada das ações em circulação durante o período			1.309	2.546	3.855
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$			12,719633	6,539670	4,319066

			Janeiro a dezembro de 2017		
			Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas			44.774	44.774	44.774
Media ponderada das ações em circulação durante o período			1.309	2.546	3.855
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$			34,204736	17,586017	11,614527

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

		Controladora		Consolidado	
Classificação por categoria		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	2.866	1.274	8.902	7.101
		2.866	1.274	8.902	7.101
Aplicacoes financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	2.660	5.545	2.660	5.545
		2.660	5.545	2.660	5.545
Contas a receber clientes	Empréstimos e recebíveis	49.506	47.978	55.726	57.734
		49.506	47.978	55.726	57.734
Partes relacionadas					
Ativos	Empréstimos e recebíveis	49.362	43.011	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	(1.667)	(1.519)	-	-
		47.695	41.492	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	12.116	10.837	19.890	19.883
		12.116	10.837	19.890	19.883
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	1.535	11.451
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	62.858	91.974	62.858	91.974
		62.858	91.974	64.393	103.425
Debêntures	Outros passivos financeiros	370	2.097	370	2.097
		370	2.097	370	2.097

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

26.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.
- (iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

26.2 Hierarquia do valor justo

Técnicas de avaliação e dados (*inputs*) significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de *swap* ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

26.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2018, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos expostos à variação das taxas de mercado, segundo o que determina a instrução CVM 475/08, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

	R\$	Cenário provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
		Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	9.585	6,4109%	8,0137%	154	9,6164%	307
IPCA	-	2,5692%	3,2115%	-	3,8538%	-
TJLP	5.568	6,7225%	8,4031%	94	10,0838%	187
TR	283	0,5967%	0,7459%	0	0,8951%	1
Peso Argentina	914	0,1029	0,1286	24	0,1544	47
Peso Chileno	621	0,0056	0,0070	1	0,0084	2
Fornecedor	5.850	3,6568	4,5710	5.348	5,4852	10.696
Clientes	2.414	3,6568	4,5710	2.207	5,4852	4.414
	25.235			7.828		15.654

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.

26.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a

classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2018, a metodologia de classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2017.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas brutas de vendas				
Brasil	246.464	242.580	246.464	239.161
Exterior	9.507	6.274	3.216	6.274
Impar Sports	-	-	-	-
Latiline	-	-	787	254
Impar Paraguai	-	-	18	378
Penalty Argentina	-	-	36.298	52.509
Trust	-	-	-	110
Penalty Chile	-	-	975	3.326
	<u>255.971</u>	<u>248.854</u>	<u>287.758</u>	<u>302.012</u>
Deduções de Venda				
Tributos	(30.847)	(31.137)	(32.267)	(33.130)
Devoluções de vendas e outros	(8.001)	(9.412)	(8.002)	(9.418)
	<u>(38.848)</u>	<u>(40.549)</u>	<u>(40.269)</u>	<u>(42.548)</u>
Receita líquida de vendas	<u>217.123</u>	<u>208.305</u>	<u>247.489</u>	<u>259.464</u>

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, consequentemente, para fins de divulgação das Informações contábeis, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

28. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está demonstrado no quadro abaixo:

		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	6.094	5.275
Bahia	(b)	14.061	14.871
		20.155	20.146

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar a unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos na fábrica paraibana.

Em 31 de dezembro de 2018 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Impostos s vendas de matéria-prima	(86)	(98)	(86)	(98)
Custo s/ venda de materia prima	(690)	(649)	(690)	(649)
Auto Infração - ICMS	(48)	(72)	(48)	(72)
Contingencias Fiscais	(2.998)	(106)	(2.998)	(106)
Reversão Contingencia Trabalhista	103	229	103	229
Outras despesas	(1.828)	(2.070)	(3.252)	(2.574)
Indenização de representações	(2.105)	-	(2.105)	-
Baixa Estoques Obsoletos	186	(207)	186	(237)
Baixa de bens de ativo permanente	(87)	159	(87)	159
Ociosidade Fabril	(1.117)	(2.594)	(1.117)	(2.594)
IPTU parcelamento	-	(361)	-	(361)
Provisão para baixo giro dos estoques	-	(278)	-	(1.974)
Despesas Indedutíveis	-	(2)	-	(2)
Impostos Argentina	-	-	-	(788)
Provisão de PLR	(278)	(567)	(278)	(567)
Provisão de Banco de Horas	282	(389)	282	(389)
Venda de matéria-prima	330	464	330	464
Crédito Fiscal	6.917	7.731	6.919	7.731
Receita de Aluguéis	2.807	2.206	2.807	2.206
Outras Receitas	2.781	1.294	2.914	1.635
Venda de sobra de Energia Elétrica	13	-	13	-
Recuperação de Créditos Baixados	2.813	3.082	2.813	3.082
Venda de sucatas	6	5	6	5
Venda de resíduos	1	1	1	1
Venda de Ativo Permanente	-	10	-	10
Créditos extemporâneos Penalty Ibéria	-	-	-	949
	7.002	7.788	5.713	6.060

30. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	9	7	9	7
Variação cambial	5.410	1.399	2.581	959
Juros recebidos	1.300	1.339	1.300	1.436
Atualização Fundap	-	-	2.813	3.130
Repactuação de Empréstimos Bancários	14.085	21.703	14.085	21.704
Outras Receitas	-	-	110	10
	20.804	24.448	20.898	27.246
Despesas financeiras				
Comissão e Despesa Bancárias	(874)	(1.795)	(1.162)	(1.974)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(12.734)	(16.887)	(18.395)	(23.498)
Variação cambial	(4.116)	(1.915)	(4.118)	(1.916)
Juros sobre fornecedores e impostos	(12.530)	(7.040)	(15.219)	(10.135)
Juros Vendor	-	(11)	-	(11)
Juros mutuo acionista	(229)	(430)	(229)	(430)
Descontos financeiros	(185)	(238)	(185)	(238)
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	(923)	-
Outras despesas	(152)	(27)	(152)	(19)
	(30.820)	(28.343)	(40.383)	(38.221)
Resultado financeiro líquido	(10.016)	(3.895)	(19.485)	(10.975)

31. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em		Período findo em	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos produtos vendidos				
Matéria prima	67.877	61.326	84.433	76.509
Mão de obra direta	29.944	36.913	29.944	46.052
Gastos gerais de fabricação	23.439	23.215	22.729	29.838
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	4.001	-
Depreciação e Amortização	4.667	4.368	5.377	4.451
	125.927	125.822	146.484	156.850
Despesas com vendas				
Clubes	968	322	968	322
Comissões	10.027	11.097	10.678	12.101
Marketing e TradeMarketing	8.980	8.007	12.344	8.568
Frete	6.469	7.216	8.669	10.825
Despesas com pessoal	8.167	8.310	8.875	9.113
Despesas com tecnologia da informação	131	448	131	565
Consultorias	66	52	66	52
Serviços com Terceiros	1.684	1.137	1.697	1.251
Depreciação e amortização	323	226	324	226
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	1.366	-
Outros	3.157	9.342	5.370	16.862
	39.972	46.157	50.488	59.885
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	11.278	13.580	13.507	13.923
Serviços com Terceiros	4.794	2.031	5.083	2.070
Bônus sobre atingimento de meta	960	-	960	-
Despesas com tecnologia da informação	1.047	1.477	1.047	1.504
Consultorias	412	1.059	412	1.067
Depreciação e Amortização	1.185	1.002	1.955	1.710
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	624	-
Outros	2.088	3.725	3.705	8.569
	21.764	22.874	27.293	28.843

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Abaixo a apuração do imposto de renda e contribuição social do exercício:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
(Prejuízo) lucro antes do IR e da CSLL	9.466	9.552
Adições	17.110	8.843
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	16.980	8.707
Outras	131	136
Exclusões	(26.847)	(21.498)
Subvenção para investimento - ICMS	(20.992)	(20.584)
Equivalência patrimonial	-	(914)
Outras	(5.855)	-
Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados	(271)	(3.103)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de imposto e renda e contribuição social, estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	35.222	-	35.760
Diferido	7.184	-	7.187	-
	7.184	35.222	7.187	35.760

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos em 2018, refere-se as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da controladora (vide nota explicativa 12.1). A receita do imposto de renda e contribuição corrente da Controladora de 2017, refere-se ao reconhecimento dos créditos de prejuízos fiscais e base negativa em decorrência da adesão ao PERT.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou no consolidado uma receita com imposto de renda proveniente da sua controlada na Argentina, no montante de R\$ 3.

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das Informações trimestrais da Companhia.

Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

- (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e
- (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina e Uruguai.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita bruta de vendas consolidada por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 88,5%.
- Operações internacionais: 11,5%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Brasil	246.464	239.161
Argentina	36.298	52.509
Outros	4.996	10.342
Total	287.758	302.012

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – PLANO DE OPÇÕES

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano opções de compra de ações para colaboradores da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram outorgadas aos executivos da Companhia plano de opções de ações, bem como não houveram exercícios de opções relativos a períodos anteriores.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve obrigação de provisão com remuneração baseada em ações em virtude de não haver nenhum compromisso assumido em razão de outorga de opção de compra ou subscrição de ações vigente.

35. COBERTURA DE SEGUROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houveram alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composto por R\$ 159.168 para danos materiais e R\$ 41.238 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião realizada no dia 13/02/2019, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite autorizado no Estatuto Social, no valor de R\$ 10.250.000,00 (dez milhões, duzentos e cinquenta mil reais), passando de R\$ 35.635.955,43 (trinta e cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), para R\$ 45.885.955,43 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e

quarenta e três centavos). O aumento importará na emissão de 354.763 de ações da companhia, sendo 120.431 ações ordinárias e 234.332 ações preferenciais, ao preço de R\$ 28,89 por cada ação, apurado conforme art. 170, § 1º, III, da Lei nº 6.404/76.

* * * * *

Diretoria estatutária

- Alexandre Schuler - Diretor Presidente
- Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado
- Emerson Tsuneji Shiromaru - Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

Conselho de Administração

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Conselho Fiscal

- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
- Roberto Massayuki Hara

Contador:

Paulo Cesar Picolli
Gerente Contábil Fiscal
Contador CRC SP 165645/O-6